



Barueri, 28 de agosto de 2023

Ao

Banco Central do Brasil - BACEN

Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro - DESIG

Setor Bancário Sul (SBS)

Quadra 3 Bloco B – ED. Sede

Brasília - DF

Cep: 70074-900

Ref.: Carta de Apresentação – Demonstrações Financeiras

Prezados Senhores,

Em atendimento ao disposto na Instrução Normativa nº 236, a **Ótimo Sociedade de Crédito Direto S.A**, vem, pela presente, informar o que segue:

(i) **Relação de informações financeiras a que se refere esta remessa:** data-base de 30 de junho de 2023, Demonstrações Financeiras da ÓTIMO SCD S.A. Em anexo a este documento, encontram-se:

- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas;
- Relatório da Auditoria Independente.

(ii) Divulgação

As demonstrações financeiras da ÓTIMO Sociedade de Crédito Direto S/A, do período base de 30 de junho de 2023, foram divulgadas no sítio da instituição, vide link abaixo:

<https://www.otimoscd.com.br/demonstracoes-financeiras-2023>

(iii) Termo declaratório da alta administração quanto à responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo: A alta administração da ÓTIMO SCD neste ato representada pelo Diretor Presidente na forma de seu Estatuto Social, assume, para os devidos fins, a responsabilidade pelas informações contidas nas Demonstrações Financeiras.

Sendo o que nos cabia para o momento, colocamo-nos à disposição para prestar eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Ótimo Sociedade de Crédito Direto S.A

Fernando Bastos de Aguiar
Diretor Presidente

Felisberto Lopes de Oliveira
Contador
CRC.: 1SP153630/O-0



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação dos prezados acionistas as demonstrações contábeis da ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A, relativas ao exercício encerrado em 30 de junho de 2023, comparadas ao mesmo período do ano anterior, e acompanhadas do relatório dos auditores independentes, em cumprimento às normas vigentes.

Continuamos empenhados em nossa estratégia de desenvolvimento de produtos e serviços aderentes ao Open Banking, ou sistema financeiro aberto, em conformidade em todos os seus processos e procedimentos operacionais, e de acordo com o que determina nossa política de gerenciamento de riscos e de capital, com ênfase na otimização da rentabilidade e geração de valor para todas as partes relacionadas.

Como empresa socialmente responsável, renovamos nosso compromisso em oferecer produtos e serviços baseados em seus princípios de ética, segurança e credibilidade.



ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em Milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	30/06/2023	31/12/2022	PASSIVO	NOTA	30/06/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		6.162	7.395	CIRCULANTE		557	1.842
Caixa e equivalente de Caixa	4	1	1.176	Depósitos	7	485	1.828
Disponibilidades		1	91	Outras Obrigações	8	72	14
Aplicações Interfinanceiras		-	1.085	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	5.605	5.553
Instrumentos Financeiros	5	5.370	5.981	Capital Social		5.000	5.000
Relações Interfinanceiras		378	238	Reservas Legal		10	4
Operações de Crédito	6	408	-	Reservas Especiais e de Lucros		138	34
Outros Crédito		5	-	Ajuste ao Valor de Mercado - TVM		457	515
TOTAL		6.162	7.395	TOTAL		6.162	7.395

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

FERNANDO BASTOS DE AGUIAR
Diretor Presidente

FELISBERTO LOPES DE OLIVEIRA
Contador
CRC.: 1SP153630/O-0



ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
(Em Milhares de Reais)

	NOTA	2023	2022
Receitas de Intermediações Financeiras		439	89
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	11	439	89
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		439	89
Outras Receitas Operacionais	12	158	19
Despesas Administrativas	13	-453	-76
Despesas Tributárias		-6	-7
Ajustes Patrimoniais		0	-1
Resultado das Receitas e Despesas Operacionais		-302	-66
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		138	23
Imposto de Renda		-13	-
Contribuição Social		-8	-
Lucro (Prejuízo) do Semestre e Exercício		117	17
NÚMERO DE AÇÕES		20.000	20.000
LUCRO/PREJUÍZO POR AÇÃO		0,5850	0,08500

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

FERNANDO BASTOS DE AGUIAR
Diretor Presidente

FELISBERTO LOPES DE OLIVEIRA
Contador
CRC.: 1SP153630/O-0



ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
SEMESTRES FINDOS EM 30 de JUNHO DE 2023 e 2022
(Em Milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro (Prejuízo) Líquido do Semestre	117	17
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros	-58	101
(+/-) Ganhos/Perdas na Remuneração de Ativos Financeiros Disponíveis p/Venda	-58	101
(+/-) Tributos sobre Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-
(=) Resultado Abrangente do Período	59	118

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

FERNANDO BASTOS DE AGUIAR
Diretor Presidente

FELISBERTO LOPES DE OLIVEIRA
Contador
CRC.: 1SP153630/O-0

ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO SA
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
(Em Milhares de Reais)

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Semestre	117	17
VARIAÇÃO NOS ATIVOS E PASSIVOS		
Aumento/ Redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	611	-3.138
Aumento/ Redução de Relações Interfinanceiras	-140	-11
Aumento/ Redução de Operações de Crédito	-408	0
Aumento/ Redução de Outros Créditos	-5	0
Aumento/ Redução em Depósitos	-1.343	-192
Aumento/ Redução em Sociais e Estatutárias	7	3
Aumento/ Redução em Fiscais e Previdenciárias	12	-13
Aumento/ Redução de Obrigações Diversas	39	5
Ajuste Avaliação Patrimonial	-58	101
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-1.168	-3.228
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de Capital	0	3.000
Distribuição de Dividendos	-7	3
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	-7	3
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	-1.175	-230
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre	1.176	710
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	1	480
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	-1.175	-230

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

FERNANDO BASTOS DE AGUIAR
Diretor Presidente

FELISBERTO LOPES DE OLIVEIRA
Contador
CRC.: 1SP153630/O-0



ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
(Em Milhares de Reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas</u>		<u>Ajuste de a Mercado</u>	<u>Lucros ou Prejuízos Acumulados</u>	<u>TOTAL</u>
		<u>Legal</u>	<u>de Lucros</u>			
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	2.000	2	11	43	-	2.056
Aumento de Capital	3.000	-	-	-	-	3.000
Reserva Legal	-	1	-	-	1	-
Distribuição de Dividendos	-	-	3	-	-	3
Ajuste a Valor de Mercado – TVM	-	-	-	101	-	101
Reservas Especiais de Lucros	-	-	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) Líquido do Semestre	-	-	-	-	17	17
Saldo em 30 de Junho de 2022	5.000	3	8	144	16	5.171
MUTAÇÕES DO 1º SEMESTRE DE 2022	3.000	1	-	101	16	3.115
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	5.000	4	34	515	-	5.553
Reserva Legal	-	6	-	-	6	-
Distribuição de Dividendos	-	-	7	-	-	7
Ajuste a Valor de Mercado – TVM	-	-	-	58	-	58
Reservas Especiais de Lucros	-	-	111	-	111	-
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	117	117
Saldo em 30 de Junho de 2023	5.000	10	138	457	-	5.605
MUTAÇÕES DO 1º SEMESTRE DE 2023	-	6	104	-	58	52

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

FERNANDO BASTOS DE AGUIAR
Diretor Presidente

FELISBERTO LOPES DE OLIVEIRA
Contador
CRC.: 1SP153630/O-0



CODEPE CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S/A
NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
(em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CODEPE Corretora de Valores e Câmbio S/A, tem como o principal objetivo as operações, com Câmbio e Renda Fixa.

Em 31 de agosto de 2022, a CODEPE Corretora de Valores e Câmbio S/A encerrou suas atividades na Bolsa de Valores, não mais participando das operações no mercado de renda variável.

A CODEPE Corretora de Valores e Câmbio S/A, é uma sociedade anônima regida pelo Estatuto Social e disposições legais aplicáveis, com sede social e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo por simples decisão de sua Diretoria, criar ou extinguir dependências ou departamentos no País

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

As demonstrações foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares constantes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeira Nacional – COSIF e normas relativas ao mercado de títulos e valores mobiliários, regulamentadas pela Comissão de Valores Mobiliários-CVM e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas do valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação de vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto os resultados efetivos destas estimativas e premissas podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

As demonstrações estão sendo elaboradas e apresentadas em conformidade com a Resolução CMN 4.818/20 onde regulamenta e consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e a Resolução BCB nº 2/2020, que estabeleceu diretrizes, incluindo divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente, abertura dos saldos no Balanço Patrimonial de provisões, depreciações e amortizações, alterações que não modificam o saldo total desta demonstração, relativos as contas de ativo e passivo.

A administração da CODEPE Corretora de Valores e Câmbio S/A autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis em 28 de julho de agosto.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis foram:

- a) Caixa e equivalentes de caixa são apresentados por disponibilidade em moeda nacional, moedas estrangeiras e aplicações no mercado aberto, cujos vencimentos das operações na data da liquidação são iguais ou inferiores a 90 dias, apresentando risco insignificante de mudança, e com objetivo de gerenciar os compromissos a curto prazo;
- b) As despesas e receitas estão registrados pelo regime de competência;
- c) As aplicações interfinanceiras de liquidez estão atualizadas e ajustadas pelas rendas a serem auferidas quando de sua realização;
- d) Os bens do Ativo Imobilizado são demonstrados ao custo de aquisição, líquidos das respectivas depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método Linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens. O quadro de depreciação com as taxas praticadas está demonstrado na Nota 7. A corretora manteve os saldos dos Bens registrados no Ativo imobilizado ao custo histórico, em razão de não terem sido identificados indícios de desvalorização, os quais não excedem o valor recuperável.
- e) A provisão proporcional para as férias está integralmente reconhecida, incluídos encargos sociais aplicáveis.
- f) Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Quando a realização do ganho é praticamente certa, o ativo contingente se torna um ativo e então é reconhecido contabilmente.
- g) Passivos Contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recurso para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgadas nas Notas Explicativas, e os passivos classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação, nos termos da Resolução CMN nº 3.823/09.
- h) A provisão para imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% e a provisão da Contribuição Social é calculada sobre o lucro considerando a alíquota de 15% para o primeiro semestre e 20% para o segundo semestre.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa a curto prazo e não para investimentos e outros fins.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades em Moeda Nacional	122	86
Reservas Livres	3	6,00
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	744	697
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.373	3.846
Total	3.242	4.635

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis, de acordo com a Circular nº 3.068/01, e estão classificados na categoria (Títulos Disponíveis para Venda), ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada no Patrimônio Líquido. De acordo com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	30/06/2023	31/12/2022
Títulos de Renda Fixa	30.733	30.129
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	30.690	30.043
Letras do Tesouro Nacional - LTN	35	78
Notas do Tesouro Nacional - NTN	8,00	8,00
Títulos de Renda Variável	10.155	8.785
Ações de Companhias Aberta	10.155	8.868
Total	40.888	38.914

a) Classificação por categoria e prazo:

Títulos	Sem Vencimento	Dias				30/06/2023	31/12/2022
		1 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima 360	Valor Contábil Mercado	Valor Contábil Mercado
LFT		0	739	9.441	20.510	30.690	30.043
LTN				35	0	35	78
NTN					8	8	8
Ações	10.155					10.155	8.785
Total	10.155	-	739	9.476	20.518	40.888	38.914

6. IMOBILIZADO

A rubrica Imobilizado de Uso são segregados conforme as classes abaixo:

Rubricas	Taxa Depreciação	30/06/2023			31/12/2022
		Custo de Aquisição	Depreciação	Valores Líquidos	Valores Líquidos
Terrenos		135	-	135	135
Edificações	4%	2.459	-1287	1.172	1.216
Instalações	10%	45	-37	8	9
Móveis e Equipamentos	10%	256	-226	30	35
Sistema de Comunicação	10%	51	-20	31	33
Sistema de Processamento de Dados	20%	211	-185	26	35
Sistema de Transporte	20%	544	-418	126	154
Total		3.701	-2.173	1.528	1.618

7. DEPÓSITOS

rubrica Depósitos refere-se aos saldos recursos líquidos, em conta de seus clientes, enquanto não comprometidos em operações desses clientes.

DEPÓSITOS	30/06/2023	31/12/2022
Recursos Disponíveis de Clientes	526	-
Total	526	-

8. SOCIAIS E ESTATUTÁRIOS

O saldo é composto das subcontas relacionada:

SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS	30/06/2023	31/12/2022
Dividendos	38	38
Juros Sobre o Capital Próprio	761	1.013
Total	799	1.051

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

Os saldos são compostos de várias subcontas conforme relacionados:

DIVERSAS	30/06/2023	31/12/2022
Provisões Trabalhista	36	31
Provisões Prestações de Serviço	0	2
Provisões Fornecedores	6	27
Total	42	62

10. CONTIGÊNCIA

A administração com base em informações de seus assessores jurídicos, em análise das demandas judiciais pendentes e em decisões anteriores às qualidades reivindicadas, constituiu provisão considerando possuir em curso estimativas de prováveis e ou possíveis perdas em 30 de junho de 2023.

CONTIGÊNCIA	30/06/2023	31/12/2022
Provisão para Contigência	7	0
Total	7	

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) **Capital Social:** O Capital Social é de R\$18.500 mil, representados por 8.173.940 ações ordinárias sem valor nominal.
- b) **Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio:** No segundo semestre de 2022, houve distribuição de juros do capital próprio, e no primeiro semestre de 2023 não houve distribuição de dividendos e juros sobre o Capital.
- c) **Reserva Legal:** A conta de reserva legal é composta por Reserva Legal constituída nos termos da Lei nº 11.638/07 e do Estatuto Social, a alíquota de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do Capital Integralizado.
- d) **Ajuste ao Valor de Mercado:** Refere-se ao ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, líquido dos efeitos dos tributários.

12. RECEITAS DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

DIVERSAS	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de Títulos de Renda Fixa	1.313	1.240
Rendas de Títulos de Renda Variável	0	771
Total	1.313	2.011

13. DESPESAS DE INTERMEDIações FINANCEIRAS

DIVERSAS	30/06/2023	30/06/2022
Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	27	-
Prejuízos com Títulos de Renda Variável	0	421
Total	27	421

14. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DIVERSAS	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de Comunicações	70	135
Despesas de Honorários	293	293
Despesas de Processamento de Dados	258	349
Despesas de Serv. do Sistema Financeiro	85	330
Despesas de Serv. Técnicos Especializados	185	196
Outras Despesas	111	116
Total	1.002	1.419

15. PARTES RELACIONADAS

Os administradores possuem saldo que foi classificado como Recurso Disponível de Clientes na conta 4.1.9.25 no montante de R\$ 42, (quarenta e dois mil). Os membros da Diretoria são remunerados com valores compatíveis com a responsabilidade de cada um e coerente com a complexidade das atividades realizadas, sem comprometer a geração de resultados e sua destinação.

A remuneração para a Diretoria foi de R\$293 Mil no primeiro semestre de 2023. (R\$587 Mil em 2022). A CODEPE não concede benefícios de longo prazo, pós-emprego, rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para os membros da Diretoria.

16. GERENCIAMENTO DE RISCO

A CODEPE possui Política de Gerenciamento de Riscos e de Capital e divulgação de Informações integrada, com as diretrizes da matriz de gerenciamento de riscos, onde são contemplados os riscos quantitativos, com indicação de cenários e testes realizados.

A CODEPE definiu em sua Política de Gerenciamento de Riscos e de Capital os seguintes riscos:

a) Risco Operacional: A gestão também inclui o Risco Legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado prudencial.

b) Risco de Mercado: Define-se o Risco de Mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Conglomerado, que inclui o risco da variação:

- Das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e
- Cambial e dos preços de mercadorias (**commodities**), para os instrumentos classificados na carteira de negociação.

A carteira de negociação da Instituição deve ser formada pelos instrumentos, inclusive derivativos, detidos com intenção de negociação ou destinados a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitos à limitação da sua negociabilidade.

c) Risco de Liquidez:

O Risco de Liquidez é definido pela possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantia, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas ; e possibilidade da Instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco de Crédito: Entende-se por risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes de deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposição caracterizadas como ativos problemáticos.

17. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL



Em atendimento à Resolução 4.557/2017, do BACEN, a CODEPE Corretora de Valores e Câmbio S.A, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital da CODEPE de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes. A descrição da estrutura encontra-se disponível em nosso site.

18. OUVIDORIA

O componente organizacional de Ouvidoria, foi implantado, nos termos da Resolução n. 4.860 de 23/10/20, do Conselho Monetário Nacional, vem atendendo adequadamente como canal de comunicação para nossos clientes e usuários.

As demais exigências trazidas pela Resolução em epígrafe, são atendidas pelos controles periódicos realizados descritos nos relatórios semestrais.

O Diretor responsável pela ouvidoria, bem como o Ouvidor, estão devidamente indicados no sistema UNICAD daquele órgão.

Portanto, em observância ao disposto na NBC TG 24 (R2), considerando todo o cenário atual e as medidas que visaram a continuidade de todos os processos da CODEPE, não há indícios, até o momento, de que os impactos trazidos pela pandemia comprometam a elaboração, aprovação e publicação das Demonstrações Contábeis que poderiam prejudicar a sua continuidade operacional.

19. RESULTADO NÃO RECORRENTE

No primeiro semestre de 2023 e 2022 não incorreu em qualquer “Resultado não recorrente “ que requeresse divulgação em separado em suas demonstrações financeiras.

20. Plano Para a Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021.

O Banco Central do Brasil publicou a Resolução CMN nº 4.966/2021 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras. Grande parte das disposições da Resolução entrarão em vigor em janeiro de 2025, mas o órgão regulador estabeleceu a obrigatoriedade de as instituições financeiras elaborarem um plano para a implementação da regulamentação contábil. O referido plano foi aprovado pela Administração da CODEPE em 12 de abril de 2022, e contempla a descrição do cronograma das ações a serem executadas, naquilo que é aplicável ao modelo de negócio da CODEPE

21. Pressuposto de Continuidade



De acordo com a base contábil de continuidade operacional, as demonstrações contábeis da CODEPE são elaboradas com base no pressuposto de que a instituição está operando e continuará a operar em futuro previsível. Confirmamos que não temos conhecimento de incertezas significativas relacionadas com eventos ou condições que possam gerar dúvidas sobre a capacidade de a Codepe continuar em operação.

Fernando Bastos de Aguiar
Diretor Presidente

Felisberto Lopes de Oliveira
Contador
CRC: 1SP153630/O0

***ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO
DIRETO S.A***

***RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES***

Nº 209/2023

AB: 30/06/2023

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores e Administradores da
ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 29 de agosto de 2023.

SACHO AUDITORES
INDEPENDENTES:74
006719000176

Assinado de forma digital por
SACHO AUDITORES
INDEPENDENTES:740067190001
76
Dados: 2023.08.29 15:24:55
-03'00'

SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC – 2SP 017.676/O-8
CNAI-IPJ-000155

HUGO
FRANCISCO
SACHO:0066943
4850

Assinado de forma
digital por HUGO
FRANCISCO
SACHO:00669434850
Dados: 2023.08.29
15:25:12 -03'00'

HUGO FRANCISCO SACHO
CRC – 1SP 124.067/O-1